

ESTUDO TEÓRICO: REFLEXÃO SOBRE IDENTIDADE, CULTURA E INTERCULTURALIDADE

MAMORÉ, Elaine Fernanda Marins¹
FERREIRA, Waldinéia Antunes de Alcântara²

Resumo - O presente texto, objetiva apresentar um estudo teórico, com algumas reflexões sobre identidade, cultura e interculturalidade, que será fonte de pesquisa a ser realizada no Centro de Educação de Jovens e Adultos da cidade de Cáceres/MT. A pesquisa nasce da inquietação em compreender quais as percepções dos/as professores (as) do CEJA “Prof. Milton Marques Curvo” em Cáceres-MT sobre os (a) educandos (as) bolivianos (as) e como desenvolvem suas práticas pedagógicas. Para fundamentar a pesquisa serão utilizados como referencial, diversos teóricos que conversam sobre a identidade, cultura e interculturalidade, visto que a pesquisa é uma tentativa de compreender a percepção dos professores (as) do CEJA sobre educandos (as) bolivianos e, também, observar quais são as ações pedagógicas desenvolvidas pela instituição de ensino para integrar os educandos (as) bolivianos matriculados. Busca-se também saber quem são esses (as) educandos (as) e de “onde” são. E, assim, oferecer subsídios que auxiliem nas ações de políticas públicas de educação, voltadas para a questão da inclusão e reflexão de práticas pedagógicas que garantam o direito do (a) aluno (a) boliviano (a) ao aprendizado e respeito à sua cultura, principalmente para a Educação de Jovens e Adultos. Assim, para chegar-se a tal compreensão, é necessário refletir sobre os conceitos de identidade, cultura, multiculturalidade e interculturalidade.

Palavras-chave: Identidade; Cultura; Multiculturalidade; Interculturalidade; Educação.

Introdução

O texto pretende expor um estudo teórico que fundamentará a pesquisa a ser realizada no CEJA professor Milton Marques Curvo, em Cáceres-MT, com educandos (as) de nacionalidade boliviana e professores (as) que atuam nesta unidade escolar. A pesquisa nasce da inquietação em compreender quais as percepções dos professores (as) sobre os educandos (as) bolivianos e como desenvolvem suas práticas pedagógicas. Porém, a questão da educação escolar de estrangeiro imigrante no Brasil necessita de reflexões sobre a inclusão/integração de

¹ Professora na rede pública Estadual, Licenciada em Letras e Bacharel em Direito, ambos pela Universidade do Estado de Mato Grosso, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, ofertado pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Jani Vanini, Cáceres-MT. E-mail: elainemamore@hotmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-3432-4225>.

² Doutora em Educação. Professora efetiva da Universidade do Estado de Mato Grosso - Curso Pedagogia - Campus Juara; Coordenadora do Curso de Pedagogia Intercultural da Faculdade Indígena Intercultural - Campus Barra do Bugres; Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU), Campus de Cáceres; Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Contexto Indígena Intercultural. E-mail: waldineiaferreira@hotmail.com . Orcid <http://orcid.org/0000-0001-5949-7590>

imigrantes internacionais no espaço escolar, nas práticas curriculares. Nessa direção, acredita-se ser necessário realizar uma reflexão acerca das práticas pedagógicas interculturais.

Nesse sentido, direcionamos a pesquisa para os educandos (as) bolivianos do CEJA Professor Milton Marques Curvo de Cáceres-MT, buscando compreender como esses educandos (as) são percebidos pelos educadores (as), como eles se percebem, como se relacionam nas práticas pedagógicas e como são abordadas as questões culturais e interculturais.

Nesse viés, é necessário mapear as imagens e percepções dos educandos para subsidiar o debate sobre educação para educandos (as) estrangeiro, em específico, os participantes da pesquisa, os educandos (as) bolivianos. Nessa linha, pretende-se trazer à tona a forma como professores (as) e a escola organizam seus trabalhos pedagógicos e suas práticas pedagógicas para atender a demanda de estrangeiros que frequentam a escola. Para chegar a essa compreensão, acredita-se ser necessário, primeiramente, realizar um estudo teórico, para assim, refletir os conceitos de identidade, diferentes concepções elaboradas acerca da origem e do significado do termo cultura, destacando as teorias modernas sobre cultura, embasado em autores que definem as temáticas.

Pontuou-se ainda, um breve histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, uma vez que, no ponto de vista da pesquisadora, justifica-se, por descrever como vem sendo construída essa modalidade de ensino no Brasil, fato que talvez se possa arrolar pela escolha dos bolivianos procurarem a educação brasileira.

Apontou-se o direito à educação para estrangeiros no Brasil, o conceito de identidade, cultura, multiculturalidade, interculturalidade, destacando que o termo não é novo, mas com a globalização ele se torna elemento de integração entre várias culturas, necessitando repensar as ações, principalmente, no âmbito escolar.

Por fim, evidencia-se a Educação Intercultural no Brasil, ressaltando-a como tema atual nas escolas e de grande importância no desenvolvimento das práticas pedagógicas, na perspectiva de entender as relações interculturais que ocorrem, principalmente, em áreas de fronteira.

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil e o direito à educação para estrangeiros

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, em seu processo de construção, é caracterizada por pontos negativos como *marginalidade* e *ausência*, que reforçam a

invisibilidade dessa modalidade de ensino. Em seu processo de construção, destacam, porém, alguns marcos políticos que se evidenciam o esforço para que a EJA estabeleça-se enquanto política pública de estado, sendo sua oferta descontínua e diversificada, “executada por diversas instituições da sociedade civil – organizações não-governamentais, sindicatos, entidades empresariais e religiosas, etc. minimizando, assim, a participação do Estado em sua operacionalização e transferindo para o Ministério do Trabalho a gestão e o financiamento de parte considerável da educação profissional” (VENTURA, 2011, p.79).

Para Haddad e Di Pierro (2000), com a Constituição Federal de 1988, “pela primeira vez na história brasileira, a população jovem e adulta tem o direito à educação fundamental, responsabilizado os poderes públicos pela oferta universal e gratuita desse nível de ensino”, trazendo no Art. 208 a educação como direito de todos e dever do Estado, incluído aqui os estudantes da EJA estrangeiros. Essa mesma Carta Magna traz como princípios fundamentais a cidadania e a dignidade da pessoa humana, e como objetivo fundamental, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Em suas relações internacionais, o Estado brasileiro se comprometeu, também, pela prevalência dos direitos humanos; tendo sido enfatizado que o país buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, objetivando a formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Nas últimas décadas com o fenômeno da globalização, o conceito de aprendizagem em relação à Educação de Jovens e Adultos tem tomado novos contornos, conforme aponta Mello (2016, p. 5)

Diante dos avanços da tecnologia da informação, do desenvolvimento dos mercados globais de bens e serviços, da crescente taxa de migração devido às mudanças econômicas, demográficas e ambientais e das transformações dos sistemas estatais em sociedades liberais, globais e consumistas, em atenção ao conceito global de aprendizagem ao longo da vida, a aprendizagem e educação de adultos deve ser ancorada no respeito à integridade e à dignidade da vida dos adultos na sua diversidade social.

Observa-se que junto aos avanços globais, aumenta um fenômeno global da migração, que tem se acentuado no mundo, porém o Brasil apresenta-se pouco atento a esses movimentos migratórios que, de maneira tímida, mas crescente, chegam ao país. A pouca atenção é mais visível ainda, quando se trata de educação, pois há uma ausência de políticas e de mecanismos efetivos de acolhimento dos imigrantes no território brasileiro.

Vale ressaltar, no que se refere ao direito à educação escolar de estrangeiros, o texto constitucional é enfático ao assegurar o atributo universal da educação, qualificando-a como dever do Estado e da família. O documento declara que o dever do Estado para com a educação será concretizado por meio da garantia da educação obrigatória e gratuita, ampliada ao nível básico por meio da Emenda Constitucional n.º 59 de 2009, para pessoas de quatro a dezessete anos de idade e da oferta, também gratuita, mesmo para os que não se encontrem nesta faixa etária, traçando como princípio norteador a igualdade de condições para o acesso e permanência nas escolas no país. Ademais, a Constituição garante a todas as pessoas, sejam elas brasileiras ou estrangeiras, estejam as últimas em situação migratória regular ou irregular, o direito à educação escolar garantido no Brasil.

Porém, a questão da educação escolar de estrangeiro imigrante no Brasil necessita de reflexões sobre a inclusão/integração de imigrantes internacionais no espaço escolar, nas práticas curriculares. Nessa direção, acredita-se ser necessário realizar uma reflexão acerca das práticas pedagógicas interculturais. Refletir os conceitos de identidade, cultura, intercultura, diferença, des (igualdade) e educação interculturais globalizadas.

Identidade: quem são esses sujeitos? Quem é o imigrante?

A noção de identidade é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, pois é necessário saber quem são esses sujeitos imigrantes que deixam seu país de origem, suas culturas e se arriscam em novos territórios, levando a observar como se constituem, para assim compreender como se percebem e são percebidos pelos educadores (as) do CEJA. Embora entender e compreender a noção de identidade não seja fácil, na psicologia, a identidade pode referir-se à manutenção de uma personalidade com o tempo, mas está mais ligada às ideias de que o *self* tem certas propriedades essenciais e algumas eventuais. De acordo com os construcionistas, a identidade, de um ponto de vista subjetivo, é descoberta dentro da própria pessoa e implica identidade com os outros.

Kuper (2002, p.298) apresenta algumas considerações acerca da identidade, afirmando que ela deve ser coletiva e não individualista, isto é, “a identidade é descoberta dentro da própria pessoa, e implica identidade com outros. O eu interior descobre seu lugar no mundo ao participar da identidade de uma coletividade”.

De acordo com Bauman (2005, p. 17), a questão da identidade só surge com a exposição da “comunidade de segunda categoria”. Ou seja, só questionamos a identidade quando somos

apresentados a uma identidade diferente, cultura diferente. Mas, uma vez estabelecida uma identidade cultural, a pressão cultural e social faz com que se passe a viver de acordo com ela, mesmo que isto signifique sacrificar a própria individualidade.

Nesse contexto, é que se reflete o educando (a) imigrante, quando exposto a uma cultura diferente, a uma segunda categoria, no âmbito escolar, essa exposição se torna ainda mais visível, uma vez que a escola é um espaço de diversidades, de encontros de diferentes culturas, a partir de então observa-se o conflito de identidade, que identidade assumir enquanto imigrante exposto ao diferente. Nesse sentido, Kuper (2002, p.311) ressalta que todos nós temos identidades múltiplas, e mesmo que eu admita ter uma identidade cultural primária, pode ser que eu não queira me ajustar a ela. Tal fenômeno, muitas vezes, é causado por fatos que obrigam alguns cidadãos que migram de um país para outro, a optarem por outra identidade, tendo que se adaptar a outra cultura.

Isso implica a reflexão feita por Bauman (2005, p.19-20) sobre a identidade. Este defende que não há uma identidade fixa, existem múltiplas identidades, isto é, todos nós podemos mudar de identidade, pois as identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. Há uma ampla probabilidade de desentendimento, e o resultado da negociação permanece eternamente pendente. Quanto mais praticamos e dominamos as difíceis habilidades necessárias para enfrentar essa condição reconhecidamente ambivalente, menos agudas e dolorosas as arestas ásperas parecem, menos grandiosos os desafios e menos irritantes os efeitos.

Ainda segundo esse autor, esses desafios fazem com que paulatinamente os estudantes imigrantes sintam-se em casa, aceitando os papéis a eles pré-determinados pela sociedade na qual foram inseridos pela escola. Diante disso, “tornamo-nos conscientes de que pertencimento e “Identidade” não tem a solidez de uma rocha. (BAUMAN, 2005, p.17)

Nesse sentido, pode-se dizer que as sociedades fronteiriças se estabelecem em papéis diferentes, principalmente, no ambiente escolar, por se constituírem em uma diversidade cultural, numa perspectiva intercultural, o que contribui para a relação de pertencimento e identidade. No entanto, questiona-se este fronteiroço que migra/imigra de territórios e passa a pertencer a uma nova cultura, adquire assim uma nova identidade, ou várias identidades, qual identidade este imigrante deve assumir? Neste contexto, as preocupações no campo da educação, em se tratando, especificamente, das escolas de fronteiras, a exemplo do CEJA

Cáceres, *locus* da pesquisa, têm ficado à margem, pois pouco se reflete sobre a identidade do imigrante, realizando-se um apagamento de suas origens, de sua identidade primária.

Cultura: Como pensar/discutir cultura a partir da imigração?

Em relação à origem do termo cultura, é importante salientar que, de acordo com Laraia (2001), a cultura surgiu concomitante com o surgimento das regras convencionadas pelos homens, normas de conduta social. Para este autor, a cultura se desenvolve juntamente ao aparelhamento biológico, assim é compreendida como uma das características da espécie, ao lado do bipedismo e de um adequado volume cerebral, levando-se a considerar que a cultura teve seu desenvolvimento juntamente ao desenvolvimento do homem.

Nesse sentido, pode-se dizer que a cultura, a princípio, é rodeada por determinismo biológico e geográfico, sendo estes considerados por alguns teóricos como um dos maiores equívocos que rodeia o conceito de cultura; e em relação ao determinismo biológico, muitos antropólogos estão totalmente convencidos de que as diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais.

Laraia (2001, p.21-22) nos ensina que o comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado, de um processo que chamamos de enculturação. Este conceito vem sendo reavaliado por vários teóricos, com o intuito de entender de fato o conceito de cultura e as contradições formadas pela diversidade cultural da espécie humana, ou que forma tal diversidade, por meio da Antropologia que, no decorrer da história, vem buscando debater o conceito de cultura e suas consequências éticas, sociais e políticas. Segundo Laraia (2001),

no final do século XVIII e no início do XIX, o termo germânico Kultur era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa Civilization referia-se principalmente às realizações materiais de um povo. Ambos os termos foram sintetizados por Edward Tylor (1832-1917) no vocábulo inglês “Concepção” que considera que as diferenças culturais seriam explicadas em função da genética de cada povo ou de determinada “raça”. Essa concepção considera que as diferenças do ambiente (clima frio ou quente) determinam o progresso ou não de um determinado povo. (p.25)

Assim, Laraia (2001) elucida que Tylor, em 1871, conceitua cultura como sendo todo comportamento aprendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética, como se diz hoje.

A modernidade apresenta várias teorias referentes ao conceito de cultura. Clifford Geertz (1989, p.15), um dos autores que contribuiu para repensar o conceito de cultura, posiciona-se diante de um pensamento essencialmente semiótico, acreditando como Max Weber que o “homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e suas análises”, entendendo a cultura como a totalidade acumulada de padrões culturais. Isto é, “de sistemas organizados de símbolos significantes” (CLIFFORD GEERTZ, 1989, p. 58). Significados estes que variam de cultura a cultura ao representar suas formas de viver, destacando entre eles, o casamento, a religião ou a forma de entender propriedade, construindo suas particularidades.

Estudos apontam que um grupo cultural se considera superior aos demais, levando em consideração que o ponto de referência das culturas não é a humanidade, e sim, o grupo em que está culturalmente inserido.

Freire (1996) apresenta uma ação pedagógica que contempla às diferenças culturais, em que o professor (a) passa a olhar para seus alunos (as) como diferentes (em suas identidades), e atendê-los nas especificidades e dificuldades, e não os menosprezar, como muitas vezes costuma acontecer, uma pedagogia que, baseia-se na ética.

A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe. É por essa ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens, ou com adultos, que devemos lutar. E a melhor maneira de lutar por ela é vivê-la em nossa prática, é testemunhá-la, vivaz, aos educandos em nossas relações com eles. (FREIRE, 1996, p.17).

A ética universal do ser humano proposta por Freire é o meio de assessorar o oprimido na sua conscientização para superar sua condição de oprimido, o que faz da educação libertadora, não podendo ser a ética separada da prática cotidiana dos sujeitos. É necessário considerar que a globalização vem modificando as culturas, tornando-as híbridas. Essas transformações fazem com que as pessoas passem a se comunicar transformando a sociedade em culturas individualistas, permitindo a Canclini (2008, p 348) concluir que:

todas as culturas são de fronteira. Todas as artes se desenvolvem em relação com outras artes: o artesanato migra do campo para a cidade; os filmes, os vídeos e canções que narram acontecimentos de um povo são intercambiados com outros. Deixando que as culturas percam a relação exclusiva com seu território, mas ganham em comunicação e conhecimento.

O mundo globalizado em que se vive e a compreensão do mesmo tem que ser observado por vários pontos, para que se possa compreender a pós-modernidade onde se manifestam diferenças na forma de viver, agir, enfim de se relacionar, uma vez que o mundo se encontra a todo tempo em constante mudança e, por que não dizer, as identidades se formam e se transformam. Há a necessidade de se refletir a inserção de temáticas que valorizam as diferenças, a diversidade, a cultura. Conforme Canclini (2009, p.41), cultura se define como “o conjunto dos processos sociais de significação ou, de um modo mais complexo, a cultura abarca o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social”, portanto, considerando-a processo social de significações, pode-se afirmar que é algo mutável, passível de transformação, podendo ser construído e desconstruído. Para isso, é necessário o desenvolvimento de uma prática pedagógica multicultural e intercultural.

Com a nova ordem mundial que se instaurou, em função da globalização e da economia, os processos imigratórios se tornam determinantes para a constituição de sociedades plurais, fenômeno este que necessita ser levado em conta. A realidade da imigração explicita a debilidade do ideal do Estado-Nação (uma cultura comum e uma sociedade homogênea) não somente pela diversidade de culturas reelaboradas em terras estrangeiras pelos imigrantes mais recentes, mas também como resultado da preservação de diversas expressões culturais de grupos historicamente enraizados no interior dos Estados-Nações e que, atualmente, ressurgem com força, seja pelas manifestações nacionalistas, seja pelas atitudes discriminatórias e racistas frente ao estrangeiro.

Em termos gerais, ao observar as cidades fronteiriças, um exemplo, Cáceres-MT, percebe-se com os avanços da globalização e os avanços tecnológicos, uma tendência dual na sociedade: por um lado, universalização e globalização da economia e da cultura/intercultural e, de outro, o fortalecimento de movimentos que lutam pela preservação de identidades, ou seja, reforçam a ideia do particular/local, não aceitam a cultura do outro, a flexibilização da identidade, se colocam como legitimadores de uma identidade, impondo ao diferente/novo sua identidade. No dia-a-dia das escolas de fronteiras que recebem educandos(as) oriundos de outras nacionalidade, a exemplo do Centro de Educação de Jovens e Adultos da Cidade de Cáceres-MT, é possível observar essa dualidade, o pluralismo cultural, as várias identidades, porém também é visível os grupos legitimadores de identidades, que impõe sua cultura, discriminando o outro, o diferente, no entanto, há os que se colocam contrários à lógica, surgem as identidades de resistência nas quais os aspectos coletivo e comunitário são importantes como uma forma de fortalecimento. Esse espaço gerado pela globalização e pelo avanço do processo

migratório vem possibilitando o convívio de educandos (as) com diferentes heranças culturais, em um mesmo espaço de aprendizado, acaba por constituir um território multicultural no espaço da escola em que, por sua vez, os alunos se encontram e/ou defrontam-se criando outras formas culturais, já não mais únicas, mas híbridas.

Multiculturalidade e Interculturalidade

Com os avanços da globalização, têm se intensificado as reflexões sobre as diversidades culturais, porém, temáticas como “multiculturalidade” e “interculturalidade” ainda são pouco debatidas nos ambientes acadêmicos e sociais, devendo ganhar mais ênfase, uma vez que, é necessário tomar-se a consciência dessa multiculturalidade, isto é, a noção da existência de várias pessoas ou grupos sociais, vivendo no mesmo espaço geográfico.

Nesse sentido, ressalta-se os espaços multiculturais, como a cidade de Cáceres, por sua localização fronteiriça com a Bolívia, que vive uma interculturalidade fronteiriça, o que estabelece um ambiente propício para o desenvolvimento da multiculturalidade. De acordo com Januário (2004, p. 102):

No entendimento das relações sócios-culturais, presentes nas comunidades de fronteira, os conceitos de identidade apresentam-se como estratégicos por permitirem uma compreensão das relações de alteridade, uma vez que a diversidade étnica e cultural presente no universo da fronteira leva os grupos locais a estabelecerem “fronteiras étnicas” no contexto da relação com o outro.

Nota-se que Cáceres apresenta um grande fluxo de bolivianos, isso pode ser observado nas unidades educacionais que recebem um número considerável de educandos (as) estrangeiros, principalmente, os de nacionalidade boliviana, e ainda com o advento da globalização, abrindo as fronteiras, o que favorece ainda mais para o surgimento de mais imigrantes, não só bolivianos, mas também de outras nacionalidades. Um exemplo desse fluxo migratório pode ser observado no Centro de Educação de Jovens e Adultos Professor Milton Marques Curvo na cidade de Cáceres-MT, que tem em seu público de educandos (as), diversas nacionalidades, sendo: boliviana, haitiana e colombiana. Uma unidade de ensino que consta com uma média de 800 (oitocentos) educandos (as) matriculados, entre eles, 16 (dezesesseis) de nacionalidades bolivianas, 4 (quatro) de nacionalidade haitiana e 1 (um) de nacionalidade colombiana (dados fornecidos pela secretaria do CEJA Prof. Milton Marques Curvo), revelando-se um espaço multicultural.

O que se observa no espaço escolar do CEJA Prof. Milton Marques Curvo, com a presença de educandos (as) de nacionalidades diferentes, é que os diferentes podem e devem viver juntos, e o espaço escolar é um espaço de liberdade pública, onde todos tem o direito de exercer sua cultura, para isso é necessário que os sujeitos que compõe estes espaços, compreenda a interculturalidade e a multiculturalidade ali presente.

Dessa forma, podemos dizer que o multiculturalismo busca uma combinação da diversidade das experiências culturais com a produção e a difusão massiva dos bens culturais. É desta combinação que parece vir uma possível forma de resistência ao diferente, a novas culturas e identidades.

Conforme Fleuri (2014, p. 90) “a conceituação de interculturalidade ou de multiculturalismo tem sido de grande importância para a elaboração e implementação de políticas educacionais”.

Atualmente, a escala dessa realidade multicultural tem se intensificado por meio da migração e imigração de pessoas em espaços regionais, nacionais e internacionais, devendo ser considerada como processo irreversível diante do processo de desenvolvimento e da globalização, tanto em âmbito nacional quanto internacional, muitos são os debates e reflexões relacionados às questões culturais, às diferenças e à multiculturalidade. Fleuri (2014, p. 92) aponta que:

A interculturalidade crítica aponta, pois, para um projeto necessariamente decolonial. Pretende entender e enfrentar a matriz colonial do poder, que articulou historicamente a ideia de “raça” como instrumento de classificação e controle social com o desenvolvimento do capitalismo mundial (moderno, colonial, eurocêntrico), que se iniciou como parte da constituição histórica da América.

Nesse sentido, a questão é relevante, visto que, muitos professores não pensam suas práticas pedagógicas voltadas para estas mudanças. Devemos levar em conta que nosso país, historicamente, foi constituído pela multiculturalidade, mais acentuadamente por grupos indígenas e afrodescendentes, culturas que formam a base desse país. Candau (1997, p.17) reflete que:

a nossa formação histórica está marcada pela eliminação física do “outro” ou por sua escravização, que também é uma forma violenta de negação de sua alteridade. Os processos de negação do “outro” também se dão no plano das representações e no imaginário social. Nesse sentido, o debate multicultural na América Latina nos coloca diante da nossa própria formação histórica, da pergunta sobre como nos construímos socioculturalmente, o que negamos e

silenciamos, o que afirmamos, valorizamos e integramos na cultura hegemônica.

Se concordarmos com a afirmativa que enfatiza que a nossa formação histórica condiz com a negação dessas culturas, muitas vezes negadas e silenciadas, podemos destacar que muitas foram as lutas para que pudéssemos, hoje, contemplar a discussão sobre a multiculturalidade Candau (1997, p.18) adverte que:

convém estar presente que o multiculturalismo não nasceu nas universidades e no âmbito acadêmico em geral. São as lutas dos grupos sociais discriminados e excluídos, dos movimentos sociais, especialmente os referidos às questões étnicas e, entre eles, de modo particularmente significativo entre nós, os referidos às identidades negras, que constituem o locus de produção do multiculturalismo.

Assim, pode-se observar que o multiculturalismo vem da luta de classes, de grupos oprimidos, que durante muitos anos vêm reivindicando a construção de uma sociedade democrática, mais justa, inclusiva, que faça as articulações de políticas de igualdade com políticas de identidade, que visem à perspectiva intercultural. Os multiculturalistas não aceitam a ideia de que os estrangeiros imigrantes internalizem a cultura predominante e negam até mesmo a existência de uma cultura única.

A Educação Intercultural

Como já mencionado anteriormente, o conceito de interculturalidade ainda é pouco debatido nos ambientes acadêmicos e sociais, podendo-se afirmar que seu conceito ainda vem sendo construído, igualmente ocorre com a educação intercultural, que tem como objetivo a interação entre diferentes culturas.

No entanto, deve-se ficar claro que esta interação entre cultura, não pode ser entendida apenas como tolerância, Vieira (2002, p.118) ressalta que “Tolerar significa suportar, aguentar, e essa não é uma relação de igualdade, mas de superioridade de uma cultura sobre a outra”.

Dessa forma, Fleuri (2014, p. 104) afirma que “As políticas educacionais recentes, de fato, reconhecem formalmente a diversidade cultural e promovem políticas de educação bilíngue e intercultural. Mas essas políticas têm sido construídas sem o diálogo com os grupos socioculturais interessados.”

Assim, a educação intercultural busca promover a integração entre diferentes culturas, levando ao respeito das diferentes identidades, reconhecendo a diversidade, sem silenciar, apagar o diferente, sem impor uma cultura dominante, desconstruindo as ideias da colonialidade, e construindo de fato um pensamento decolonial, Fleuri (2014, p.104) ressalta que:

Os confrontos interculturais, que se ampliam e se acirram com a intensificação da migração e da mobilidade internacional no contexto da globalização do mundo contemporâneo, desafiam cada grupo a refletir e a assumir os próprios limites e limiares na relação intercultural com o outros. Isto implica decolonializar os paradigmas de conhecimento constituídos pela modernidade. O pensamento fronteiro, com efeito, coloca em cheque o ideário moderno de uma cultura única e universal.

A Educação Intercultural não pode ser vista como uma simples disciplina. Desta forma Vieira (2002, p.120) adverte que:

educação intercultural pressupõe a intenção da interação e exige uma revisão crítica dos métodos e conteúdos do aprendizado para que sejam contemplados aspectos da vida multicultural. Faz-se necessária uma reflexão contínua com vistas à superação das relações etnocêntricas presentes não apenas no contexto macrosocial, mas também no microsocia. Ao falarmos na aceitação de múltiplas culturas, também precisamos estar atentos às diversidades de grupos e indivíduos de uma mesma cultura.

A educação intercultural tem e terá nesta perspectiva um papel central como lugar propício para o encontro e o diálogo de culturas, poderá criar as condições que tornarão possível o encontro das culturas na perspectiva de uma complementaridade benéfica para todos.

Essa compreensão requer a reflexão sobre a formação da nossa identidade, que se constrói em contato com o outro. A opção pela interculturalidade exige que reconheçamos a multiplicidade cultural pela reflexão de nós mesmos, na busca de um novo paradigma de pensamento, pela forma como vemos o mundo e questionando o porquê vemos de determinada forma e não de outra. O processo não é fácil, requer autorreflexão e confronto, assim como a desconstrução de pontos de vista que estão profundamente enraizados em cada um de nós.

Portanto, a educação intercultural constitui um desafio aos educandos (as) e educadores (as) em compreenderem que os pontos de vista são construídos por nós mesmos e que estes interferem, nos pontos de vista, em relação ao modo como vemos os outros, contemplando a maneira como interagimos com outras culturas, sociedades e grupos sociais.

Considerações Finais

O que se observa nas leituras é que “a educação intercultural se apresenta como uma proposta político-pedagógica que visa à formação para a cidadania e a superação de preconceitos e discriminações que expropriam de seus direitos indivíduos e coletividades” (FLEURI, 2014, p. 104) tornando-se essencial, principalmente, nas escolas fronteiriças.

Nesse sentido, é preciso preparar estes sujeitos para a convivência solidária com outras culturas, na relação a ser estabelecida com o outro diferente, portador de valores e tradições culturais e sociais com as quais não estão acostumados a lidar. Sujeitos que se constituem pelos processos de contato e enfrentamentos culturais cotidianos, formando-se em processos de intercâmbios intensos, muitas vezes, inconscientes, que geram outras formas de comunicação e de produção cultural não mais sustentadas por matrizes únicas. Nos ambientes escolares de região de fronteira, a exemplo do CEJA de Cáceres, é possível observar o parentesco das experienciais culturais, a proximidade entre as cidades fronteiriças, como Cáceres-MT e San Matias no território boliviano, que propicia esse parentesco, porém, não é fácil e nem simples para os sujeitos reconhecer esse diálogo intercultural, observa-se que ainda há preconceito e resistência. Esses sujeitos com identidades híbridas e mestiças são o resultado que já se começa a vislumbrar neste início de século. Formas identitárias com novas configurações e com novos elementos, exigindo tanto do poder político quanto dos produtores de conhecimento nas distintas áreas científicas a elaboração de novas formas de organizar a sociedade e compreender os fenômenos, principalmente, no âmbito cultural. Uma identidade que se reconstrói pela interação com a diversidade, pela diversidade e na diversidade cultural, religiosa, social, etc. É importante que os espaços de aprendizagem e interculturalidade não se constituam como fixos, delimitados por um espaço físico ou pela organização demandada pelas reivindicações somente de ordem política.

Essa identidade em construção se enlaça aos corpos, no sentido do ser, ser imigrantes que se relacionam dimensionalmente com várias coisas, que são sociais, políticas, pedagógicas e que produzem a perspectiva intercultural. Assim, são “corpos e coisas em relação, produção dos significantes e significados de estar juntos, tecendo e sendo tecido no mundo, no/com o corpo e com as coisas do mundo em relação, no coletivo e singularmente” (Ferreira, Pereira, Jesus, 2014, p.255)

Ao analisar os espaços de multiculturalidade, como o do CEJA Milton Marques Curvo, a sensação que se tem é de urgência em começar a abordagem do tema posto em discussão ao longo da construção de cada momento desse trabalho.

Reflexões foram possíveis desvelar durante as leituras. São estas reflexões que pretende-se destacar, para então, a partir delas continuar o diálogo iniciado. A impressão que se tem é que falar em identidade, cultura, interculturalidade e multiculturalidade de uma forma geral relacionada com o espaço escolar é delimitar essa compreensão à chamada cultura dominante ou cultura reconhecida no universo distinguido por classes sociais. A referência para pensar e analisar essas manifestações culturais e suas relações estão dentro de um universo mais amplo.

Não menos importante é chamar a atenção para o fato de que os educandos (as), imigrantes ou não, localizam diferenças marcadas por aspectos visíveis, seja pela forma física, seja pelo vestuário, práticas religiosas, características linguísticas entre outros aspectos que parecem não desestabilizar as relações cotidianas da escola, entretanto, as soluções são arranjadas “naturalmente” para a convivência/conivência sem conflitos. Porém, os conflitos existem e precisam ser discutidos, refletidos, para que os sujeitos se aceitem de fato e não apenas se tolerem.

THEORETICAL STUDY: REFLECTION ON IDENTITY, CULTURE AND INTERCULTURALITY

Abstract: This text aims to present a theoretical study, with some reflections on identity, culture and interculturality, which will be a source of research to be carried out at the Youth and Adult Education Center (CEJA) in Cáceres/MT/Brazil. The research arises from the concern to understand what the teachers of “Prof. Milton Marques Curvo” CEJA in Cáceres-MT about Bolivian students and how they develop their pedagogical practices. In order to support the research, several theorists who talk about identity, culture and interculturality will be used as a reference, because the research is an attempt to understand the perception of CEJA teachers about Bolivian students and also to observe what are the pedagogical actions developed by the educational institution to integrate enrolled Bolivian students. It also seeks to know who these students are and where they are from. And, thus, offer subsidies that assist in public education policy actions, focused on the issue of inclusion and reflection of pedagogical practices that guarantee the Bolivian student's right to learning and respect for their culture, mainly for Youth and Adult Education. Thus, in order to reach such an understanding, it is necessary to reflect on the concepts of identity, culture, multiculturality and interculturality.

Key words: Identity; Culture; Multiculturalism; Interculturality; Education.

Referências

BAUMAN Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi/ZygmuntBauman; tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BRASIL. Lei nº. 5692/71. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Da Educação, da Cultura e do Desporto**. Brasília, 1988.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas Híbridas**: Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CANDAU, Vera Maria. (org.). **Magistério**: construção cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1997.

FERREIRA, Waldinéia Antunes de Alcântara; PEREIRA, Lisanil Conceição Patrocínio; JESUS, Lori Hack de. **Movimentos...Traços...nós, entre nos conosco mesmos**. In: CARVALHO, Cristina F., GUOMARÃES, Solange T. de Lima, MARIM, José, PASSOS, Luiz A. (orgs). **Ruação**: das epistemologias da rua a política da rua. Cuiabá- MT. EdUFMT. Editora Sustentável, 2014.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Interculturalidade, identidade e decolonialidade**: desafios políticos e educacionais. Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB Campo Grande, MS, n. 37, p. 89-106, jan./jun. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 4. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro. LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.,1989.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação. maio/jul./ago/ n. 14, 2000.

JANUÁRIO, Elias Renato da Silva. **Caminhos da Fronteira**: educação e diversidade em escolas da fronteira Brasil-Bolívia (Cáceres-MT). Cáceres-MT, UNEMAT Editora, 2004.

KUPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Tradução Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MELLO, Ângela Rita Christofolo. **Os Organismos Internacionais e a Constituição e Sistematização Conceitual da Educação de Adultos**. Rev. Teorias Práticas da Educação, V. 19, n. 3 p. 91-105. Setembro/Dezembro 2016.

VENTURA, J. A trajetória histórica da educação de jovens e adultos trabalhadores. In: TIRIBA, L.; CIAVATTA, M. (orgs). **Trabalho e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Liber Livro e Editora UFF, 2011.

VIEIRA, Rosângela Steffen. Educação Intercultural: uma proposta de ação no mundo multicultural. In: FLEURI, Reinaldo M. **Intercultura**: estudos emergentes. Ijuí: Unijuí, 2002.

Recebido em 05/08/2020
Aprovado em 20/09/2020